

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS
PRÓ-OUTEIRO

**Relatório de
Atividades e Contas
2021**

02/03/2022

Conteúdo

1. Enquadramento	4
2. Apresentação da Instituição	6
3. Cenário Macroeconómico	12
4. Relatório das Atividades Realizadas	16
Serviço de Apoio Domiciliário	16
Centro de Dia	19
ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas	22
CEPD - Centro de Estimulação para Pessoas com Demência	24
Serviço de Alimentação	25
Recursos Humanos	26
Obrigações Fiscais	29
5. Anexo às Contas	30
5.1 Identificação da Entidade	30
5.2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	30
5.3 Principais Políticas Contabilísticas	31
5.3.1 Bases de Apresentação	31
5.3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração	34
5.4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	45
5.5 Ativos Fixos Tangíveis	45
5.6 Custos de Empréstimos Obtidos	47
5.7 Inventários	47
5.8 Rédito	48



5.9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	48
5.10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	48
5.11	Imposto sobre o Rendimento	49
5.12	Benefícios dos empregados.....	49
5.13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	49
5.14	Outras Informações	50
5.14.1	Investimentos Financeiros.....	50
5.14.2	Clientes e Utentes.....	50
5.14.3	Outras contas a receber	51
5.14.4	Diferimentos	51
5.14.5	Caixa e Depósitos Bancários	51
5.14.6	Fundos Patrimoniais	52
5.14.7	Fornecedores	52
5.14.8	Estado e Outros Entes Públicos	52
5.14.9	Outras Contas a Pagar	53
5.14.10	Outros Passivos Financeiros	53
5.14.11	Subsídios, doações e legados à exploração	53
5.14.12	Fornecimentos e serviços externos	54
5.14.13	Outros rendimentos	54
5.14.14	Outros gastos.....	55
5.14.15	Resultados Financeiros	55
5.14.16	Empréstimos Bancários	56
	56
5.14.17	Acontecimentos após data de Balanço	56
6.	Indicadores Económicos	57
6.1	Rácios.....	57
6.2	Indicadores Despesas	58

7. Demonstrações Financeiras.....	58
8. Parecer do Conselho Fiscal	63

1. Enquadramento

Os últimos anos têm sido extremamente desafiantes para todos, com repercussões muito significativas principalmente nas instituições de solidariedade social. No entanto, continuamos a trabalhar para conseguir assegurar que os serviços desta instituição continuam a ser prestados com a máxima qualidade, apoiando aqueles que mais têm sofrido as consequências da pandemia com que nos temos deparado: os idosos.

É, aliás, nesta nota que queremos continuar a trabalhar neste último ano do atual mandato desta direção: a melhoria contínua das instalações, dos serviços e dos processos da AMPO. O nosso serviço de SAD tem-se mantido no limite da sua capacidade, demonstrando que a experiência é uma mais-valia na manutenção de um serviço de qualidade. O nosso foco é a satisfação do utente e a valorização dos nossos recursos humanos é fundamental para a prossecução deste objetivo, daí ter sido esta a nossa primeira resposta a fazer uma formação no âmbito da metodologia Humanidade.

O nosso Centro de Dia também está no máximo da sua capacidade e existe uma procura muito grande deste serviço. Mas também aqui as áreas são insuficientes para aumentar a capacidade desta resposta.

Neste sentido, estamos a preparar um plano de investimento a médio-prazo faseado que permita dar resposta a estas insuficiências, que também passam pelas obras de ampliação do edifício com o correspondente acréscimo do número de quartos, aumento da cozinha e despensa. O nosso plano pretende através de diversas ações responder às necessidades da associação e manter a AMPO como uma instituição referência na prestação de um serviço de excelência.

Para terminar gostaria de agradecer a todos os membros desta Direção, ao nosso Concelho Fiscal e à Assembleia Geral. Esperamos que 2022 seja um ano cheio de novos projetos que permitam a manutenção da qualidade dos serviços prestados, ficando desde já assinalada a

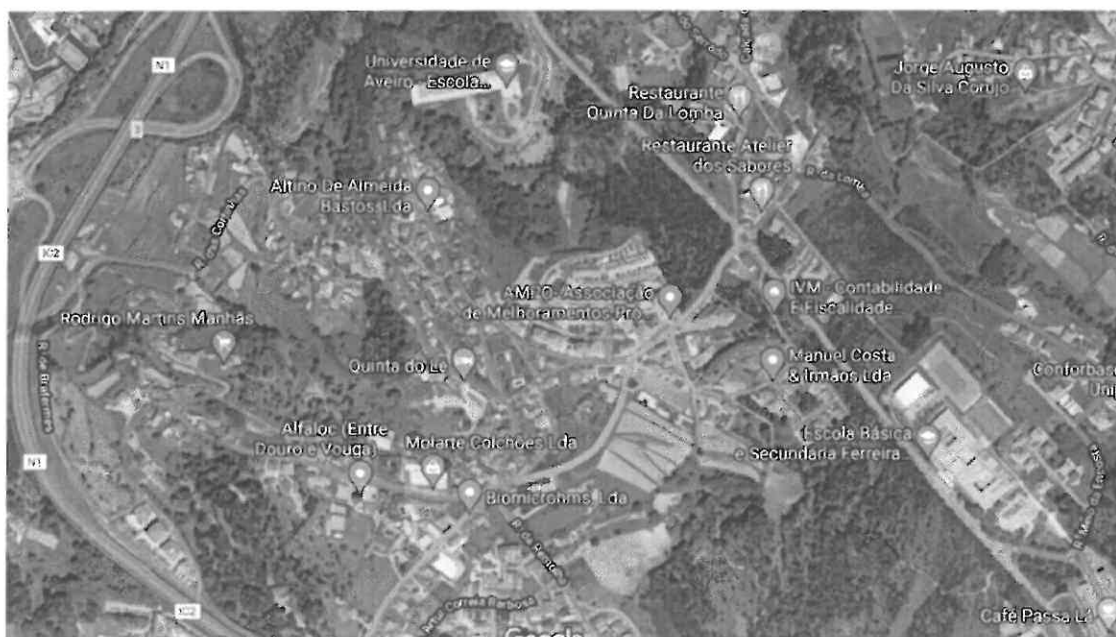
vontade desta direção de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que esta associação continue a ser reconhecida como uma referência na região.

O Presidente

Diamantino Nunes

2. Apresentação da Instituição

A AMPO - Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro é uma instituição particular de Solidariedade Social (IPSS) criada formalmente em 1983 com o objetivo de dar apoio à família e a promoção comunitária do lugar do Outeiro e o seu âmbito de ação abrangia o concelho de Oliveira de Azeméis. Atualmente integra a Plataforma Supraconcelhia de Entre o Douro e Vouga – Zona Norte. Para além do Concelho de Oliveira de Azeméis, integram esta plataforma os concelhos de Arouca, São João da Madeira, Vale de Cambra e Santa Maria da Feira.



A AMPO propõe-se apoiar e garantir os direitos e responder às necessidades das pessoas idosas e das suas famílias, geradas pelas mudanças na sociedade, criando e oferecendo serviços que correspondam às novas realidades sociais e necessidades das pessoas idosas e comunidade envolvente, de forma integral e personalizada.



Para atingir esta meta a AMPO pauta-se pelos seguintes Valores:

Solidariedade: Acolher com caráter solidário todos os que recorrem aos nossos serviços, respondendo às suas necessidades e especificidades.

Respeito/Ética: Respeitar a condição e características de todos os que apoiamos e daqueles que conosco colaboram.

Confiança: Criar um ambiente de confiança mútua, entre nós e os que nos apoiam, inspirando-nos na generosidade, partilha e respeito pelas especificidades de cada um.

Responsabilidade: A nossa maior responsabilidade é concorrer para o bem-estar de cada um tendo em conta os direitos de todos os que conosco privam.

Desta forma, a AMPO pretende ser reconhecida como uma instituição de referência no apoio à pessoa idosa, baseando a sua intervenção na melhoria contínua das suas práticas e

na elevação da qualidade dos serviços prestados. Assim, a Política da Qualidade da AMPO baseia-se nos seguintes princípios:

- Reconhecer e valorizar o empenho e dedicação dos colaboradores promovendo o trabalho de equipa;
- Fomentar a satisfação plena dos utentes e seus familiares;
- Promover uma vida pessoal e social saudável aos utentes;
- Manter os utentes integrados na sociedade criando parcerias com o exterior;
- Promover a humanidade e solidariedade social;
- Ser um agente promotor e dinâmico no desenvolvimento da comunidade.



Os objetivos desta política são planeados anualmente e os processos de gestão do sistema incluem o acompanhamento e monitorização por parte da Direção. Este processo de gestão

do sistema interage com os processos de suporte que visam a gestão de competências e a avaliação e melhoria das operações e serviços prestados pela AMPO em todos os seus projetos:

Serviço de Apoio ao Domicílio, Centro de Dia, Estrutura Residencial para Idosos e Centro de Estimulação para Pessoas com Demência.



A AMPO iniciou a sua atividade com o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) onde é oferecido um vasto leque de serviços no domicílio dos idosos que passa pelo fornecimento de refeições, cuidados de higiene pessoal e habitacional, tratamento de roupa, atividades de animação e socialização, serviços de teleassistência, apoio psicossocial, entre outros.

Em 2016 a AMPO alargou o seu âmbito de atuação no serviço de apoio ao idoso e seus familiares ao dar início nas suas instalações do funcionamento de um Centro de Dia, que acolhe os idosos entre as 9 horas e as 18 horas e onde presta serviços de alimentação, cuidados de higiene e conforto, atividades socio culturais e recreativas apropriadas ao perfil ocupacional, apoio psicossocial, acompanhamento ao exterior e ocupação de tempos livres e acompanhamento técnico de serviço social, enfermagem, entre outros.

Três anos mais tarde (2018) a AMPO complementa o seu âmbito de apoio ao idoso e seus familiares ao abrir uma Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) e ao dar início ao funcionamento dos serviços do Centro de Estimulação para Pessoas com Demência (CEPD).

O ERPI acolhe o idoso em regime de alojamento com planos individuais de cuidados ao nível da alimentação, higiene pessoal, conforto, saúde, animação e socialização, de forma a promover a sua autonomia e integração social sem descuidar a relação intrafamiliar do idoso. O ERPI funciona num complexo residencial, com capacidade para 25 utentes, o qual visa contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo e de qualidade, mediante a aplicação de planos individuais de cuidados, de forma a promover a autonomia e integração/participação social dos beneficiários. Visa, ainda, contribuir de forma ativa para melhorias na qualidade de vida dos clientes, através da disponibilização de serviços

permanentes e de qualidade, e de condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar.

O CEPD oferece um cuidado especializado e interdisciplinar de estimulação para pessoas com demência centrada na pessoa no que diz respeito à sua intervenção diária, tem um funcionamento de segunda a sexta-feira das 8 horas às 18h. As atividades desenvolvidas juntam terapias não farmacológicas, num mesmo espaço com equipamentos e instrumentos de trabalho ajustados à pessoa com demência por forma a fazer uma estimulação específica, nomeadamente, relacionadas com perturbações da fala, incapacidade de reconhecer ou identificar objetos, capacidade de executar atividades motoras prejudicada apesar do funcionamento motor intacto e executivo, diminuição das competências sociais, entre outros.

A Direção da AMPO continua a acreditar que ainda se pode chegar mais longe e mostra-se fortemente empenhada em desenvolver modelos de gestão inovadores mais eficientes que permitam um crescimento sustentado da instituição. Esta ambição alicerçar-se-á no equilíbrio financeiro das atividades de forma a alcançar os objetivos e desenvolver as atividades estatutárias, de forma sustentável, em termos económicos, sociais e ambientais.

Constituição dos Órgãos Sociais

Mandato de 28 de Dezembro de 2018 a 27 de Dezembro de 2022.

Assembleia Geral:

Presidente: António Da Silva Xará, sócio n.º 947

1.º Secretário: António Eduardo Rebelo Santos Valente, sócio n.º 1279

2.º Secretário: Luís Miguel de Azevedo Leite, sócio n.º 1501

Direção:

Presidente: Diamantino José Silva Nunes, sócio n.º 1270

Vice-Presidente: João António da Silva Leite, sócio n.º 891

Secretário: Maria Natércia Viana da Costa, sócio n.º 1554

Tesoureiro: Manuel Brandão dos Santos, sócio n.º 1166

1.º Vogal: José Manuel Esteves da Silva Pinto, sócio n.º 1236

2.º Vogal: João Carlos Martins Silva, sócio n.º 1284

3.º Vogal: José Júlio Pereira Nascimento, sócio n.º 1471

1.º Suplente: Joana Sousa Tavares, sócio n.º 1621

Conselho Fiscal:

Presidente: João Carlos Mesquita, sócio n.º 885

1.º Vogal: Jaime Miguel Silva Marques, sócio n.º 1278

2.º Vogal: Maria La- Salete Soares Silva Vieira, sócio n.º 630

3. Cenário Macroeconómico

O ano de 2021, continua marcado pelo choque da pandemia COVID-19. O surto do novo coronavírus (COVID-19), com origem na China no final de 2019.

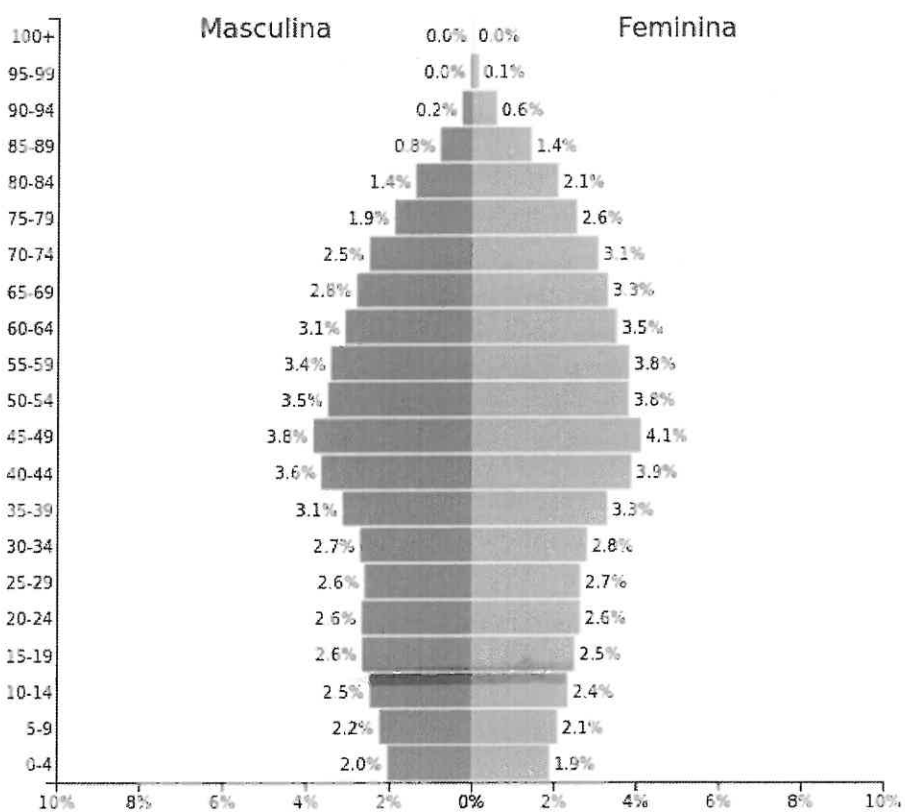
As projeções mais recentes das instituições internacionais apontam previsões de crescimento para a economia portuguesa em 2022 e 2023 – o PIB deverá crescer, afinal, 5,5% em 2022 e 2,6% em 2023, contudo a inflação será mais forte que previsto.

Os anos de 2020 e 2021 ficaram sem dúvida para sempre marcado, pela pandemia que assolou o Mundo e o País e que, naturalmente por este flagelo e os efeitos, adversidades e exigências que trouxe a todos. Ao longo dos anos, a OMS e a DGS, foram indicando diretrizes a seguir, com a finalidade de preservação e protecção da sociedade, e nesse contexto os que mais se ressentiram foram os idosos, que pela sua condução física, estão mais expostos aos riscos dos efeitos secundários da doença e das nocividades psicológicas causadas pelo isolamento familiar a que os diversos confinamentos provocaram.

Numa avaliação global as IPSS, representam uma resposta presente e futura em apoio ao acompanhamento familiar, criação de postos de trabalho e (re)integração no mercado laboral. “O emprego não é apenas um meio de produção de riqueza, mas também um meio de integração social. O trabalho remunerado com duração indeterminada, com salário regular, (...) conferiu um estatuto social ao trabalhador. O termo trabalho ficou associado à noção do emprego. Numa tentativa de esclarecer os conceitos, a nossa posição é de que emprego equivale ao trabalho remunerado. O termo emprego pressupõe ainda a existência de diferentes estatutos” (Kovács, Casaca, Ferreira & Sousa, 2006:7).

As IPSS, tem a sua importância nos cuidados às pessoas com dependência, atendendo aos dados disponibilizados pela PORDATA, em 2019, cerca de 22% da população residente em Portugal situa-se na faixa etária compreendida entre os 65 ou mais anos de idade.

Em Portugal, em 2019, 25% da população idosa é composta por idosos que vivem sozinhos. Cerca de 33% das mulheres idosas e 13% dos homens idosos vivem nessa condição. Uma publicação da entidade consultada (PORDATA) aponta para que em 2050 os idosos, em Portugal, sejam cerca de 3,4 milhões. A população idosa em 2050, como se pode verificar pelos dados da pirâmide etária à data de 2020 e facultada no site PopulationPyramin.net, é a que tem idade actual entre os 39 e 54 anos e que representa a maior percentagem.



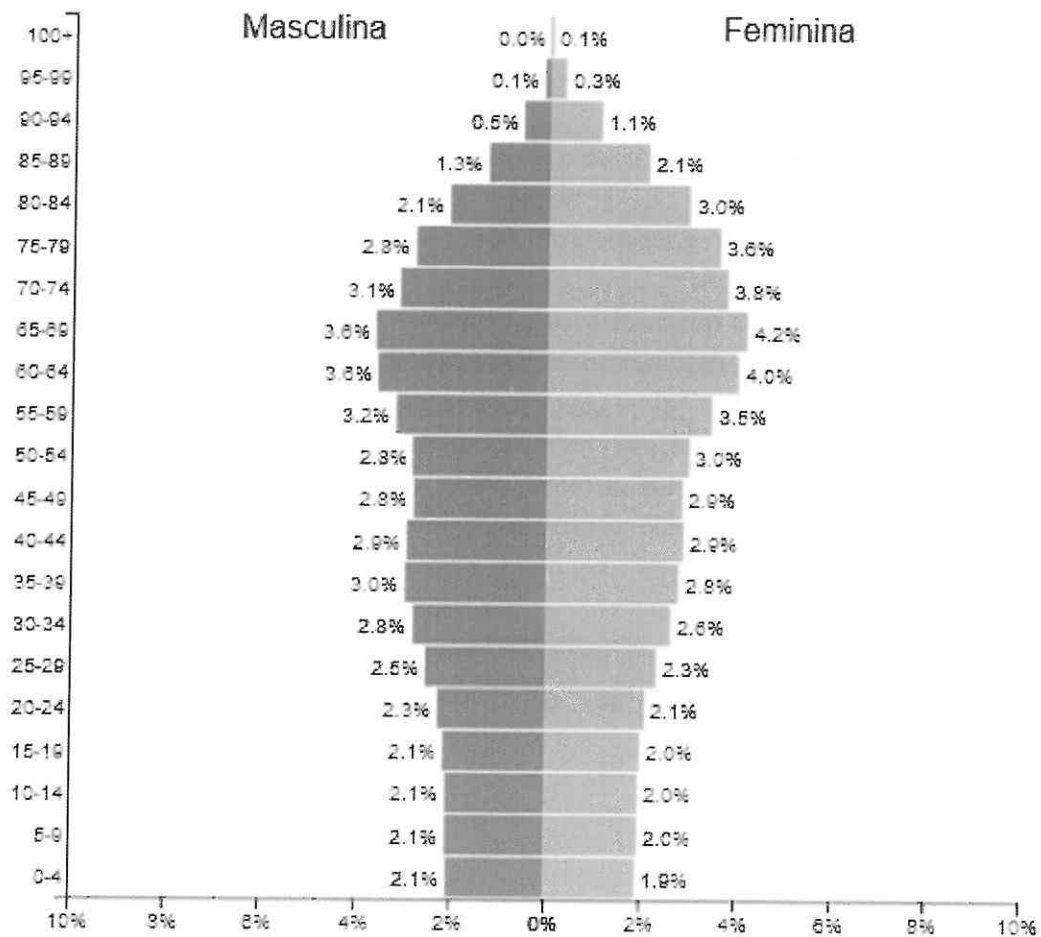
PopulationPyramid.net

Portugal - 2020
População: **10,196,707**

Analisando os dados da população em Portugal, verificamos um constante crescimento da população envelhecida e um decréscimo espectacular da população.

Portugal ▼
2040

População: 9,558,275



No concelho de Oliveira de Azeméis, com uma população residente de cerca de 66.062 pessoas, a população residente em idade ativa (pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 65 anos de idade) era de cerca de 67%, enquanto os idosos representam 21,7% da população. O índice de envelhecimento era, em 2019, de 191 idosos (pessoas com 65 ou mais anos de idade) por cada 100 jovens e pessoas em idade ativa. Este índice tem vindo a aumentar e, no caso do concelho em análise, apresenta uma média superior à nacional cujo

valor se situa em 161 pessoas idosas por cada grupo de 100 jovens e pessoas em idade ativa.

Idade	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85 ou mais
2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019	2019
66 011	2 293	2 428	2 724	3 293	3 616	3 609	3 666	4 035	4 756	5 220	5 410	5 482	4 995	4 155	3 614	2 794	2 183	1 738

Como se pode verificar através da análise aos dados relativos à distribuição da população residente, por estratos etários, no que diz respeito ao concelho de Oliveira de Azeméis, nos próximos quatro anos e seguintes, a população idosa tende a aumentar consideravelmente.

É, por isso, expectável que as respostas sociais venham a assumir um papel cada vez mais relevante e, absolutamente, necessário para garantir o apoio necessário aos idosos cada vez mais dependentes.

É neste contexto que a Pró-Outeiro se move, certos de que o seu compromisso vai ao encontro dos desafios que a evolução da estrutura demográfica nos reserva para o futuro.

4. Relatório das Atividades Realizadas

Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no próprio domicílio, sempre que idosos, adultos ou famílias, por motivo de doença, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ ou da vida diária.

A A.M.P.O. presta o serviço de apoio domiciliário a 96 utentes com uma média de idades de 82 anos (mínimo 58 anos – máximo 101 anos), distribuídos pelo concelho de Oliveira de Azeméis e São João da Madeira. O nosso objetivo é desenvolver atividades de apoio no domicílio a pessoas idosas ou em situação de grande dependência, promovendo a sua autonomia e bem-estar biopsicossocial.

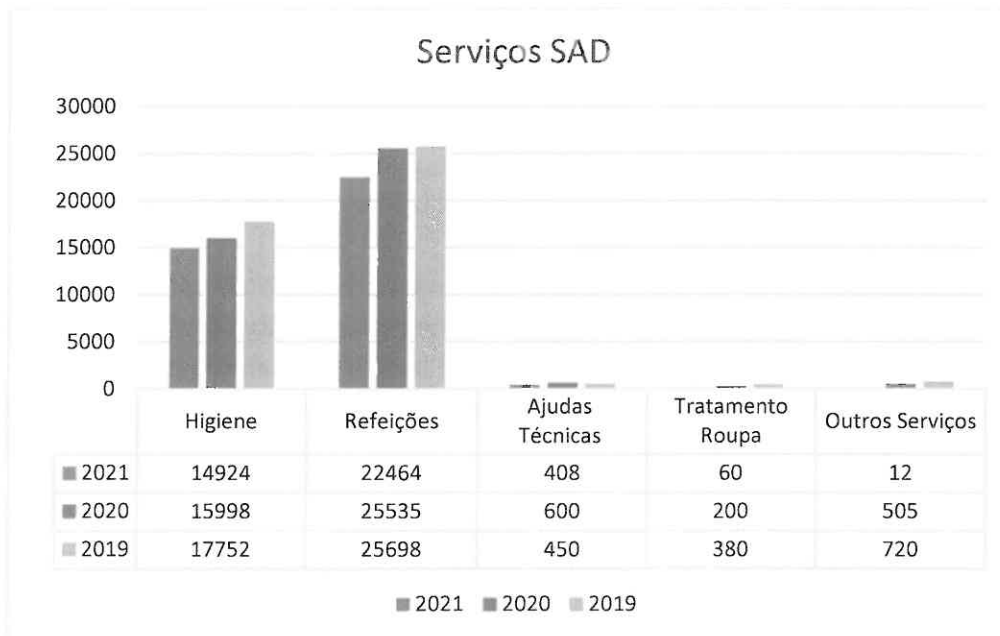
Os serviços mais representativos referem-se aos cuidados de higiene e distribuição de refeições prestados por cinco equipas de apoio domiciliário que inclui:

- Prestação de cuidados de higiene e conforto;
- Arrumação e pequenas limpezas no domicílio, quando utilizados só pelo idoso e nas zonas essenciais à sua circulação, priorizando-se para este tipo de serviço os mais necessitados e sós;
- Transporte e acompanhamento de refeições;
- Serviço efetuado 7 dias por semana, com horário alargado até às 21h00;
- Tratamento de roupas.

O serviço de Refeição da A.M.P.O. é um serviço em crescimento e serve atualmente mais de 67 refeições só no serviço de apoio domiciliário.

Com o objetivo de melhoria, no SAD seguiu-se uma linha de atuação de colaboração com os cuidadores dos utentes, particularmente dos mais dependentes, com o aumento de horário até as 21h00, visitas domiciliares mais recorrentes, assim como reforço do apoio psicossocial.

Durante o ano de 2019, 2020 e 2021 foram realizados, respetivamente mais de 45 000 serviços, um decréscimo para cerca de 43000 serviços e uma redução para cerca de 38000 serviços, cuja caracterização se apresenta descrita no gráfico abaixo:



Os serviços mais representativos referem-se aos cuidados de higiene e serviços de alimentação prestados pelas equipas de apoio domiciliário que andam todos os dias (de Segunda a Domingo) no terreno, percorrendo milhares de quilómetros durante o ano.

Os impactos da pandemia de COVID-19 nas necessidades dos utentes do SAD

Com a pandemia, a A.M.P.O. demonstrou sentido de missão e compromisso solidário, assumindo e demonstrando o seu papel fundamental na sociedade de Oliveira de Azeméis perante uma crise que se prende com questões de saúde, mas que também é social.

O SAD atuou muitas vezes para além dos serviços que prestam habitualmente, até com "sacrifício" organizacional, de modo a minorar ou suprir as necessidades das populações. Os seus recursos humanos, tal como equipa técnica, mantiveram-se na "linha da frente", com dedicação extraordinária, desgaste físico e emocional e, até, risco de contágio para si e para as suas famílias.

Os principais desafios apontados pelo SAD para responderem às necessidades dos seus utentes, tendo em conta o gradual processo de desconfinamento, foram a falta de recursos humanos especializados e/ou as suas insuficientes competências técnicas e/ou desgaste para lidar com o contexto pandémico e a implementação dos planos de contingência e manutenção da capacidade de resposta.

As estratégias adotadas, com maior destaque, pelo SAD foram a dedicação extraordinária do pessoal técnico e auxiliares de ação direta, a proatividade face aos desafios ao se focarem no funcionamento da instituição - antecipação de problemas, ou implementação de medidas, demonstrando maior autonomia. Inclui-se aqui a implementação de planos de testagem COVID-19, a adaptação de atividades para continuarem a poder dar resposta, o reforço da comunicação com utentes e colaboradoras e a formação de colaboradores em contexto pandémico.

Centro de Dia

O Centro de Dia é uma resposta social que consiste na prestação de um conjunto de serviços em horário diurno de segunda a sexta-feira (7:30h às 20:00h) e aos sábados das (8:00 às 18:00h) e que contribui para a permanência dos idosos no seu seio familiar.

O Centro de Dia tem capacidade para 25 utentes e atualmente tem a sua capacidade máxima atingida, com idades compreendidas entre os 60 e os 95 anos, distribuídos pelos concelhos de Oliveira de Azeméis e de São João da Madeira.



O Centro de Dia da AMPO para além dos serviços standard prestados por esta resposta social adotou um conjunto de atividades adaptadas a este grupo que visam promover a sua saúde, sociabilidade, autonomia, cultura, memória, linguagem e até mesmo o exercício físico regular.

Diariamente é oferecido um conjunto de atividades artísticas não profissionais, lúdicas,



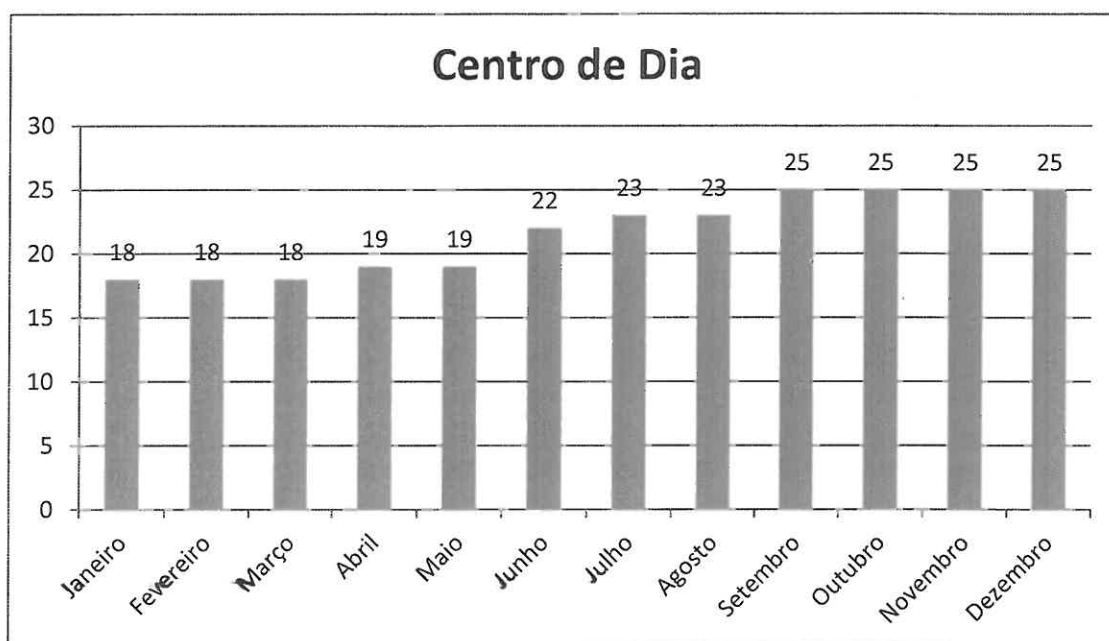
sociais de difusão (viabilizando o acesso a determinados bens culturais) e formação (para aquisição de conhecimentos e desenvolvimento do uso crítico e ilustrado da razão). Estas atividades são planeadas por técnicos com base nas estratégias de promoção do envelhecimento ativo preconizadas, bem como nos

diversos gostos e interesses de cada utente.

O ano de 2021 foi um ano que se iniciou ainda com a capacidade máxima não estando preenchida devido ao Covid-19 e às suas restrições. No entanto, a partir do mês de Setembro o Centro de Dia ficou com a capacidade máxima preenchida e manteve o mesmo padrão até ao momento, existindo agora lista de espera para a resposta social.



O gráfico abaixo mostra a distribuição mensal dos utentes do Centro de Dia, no ano de 2021, de onde se saliente ausência de frequência nos meses já referidos.



Desta forma, o Centro de Dia no momento é uma resposta social da AMPO com uma elevada procura, dado que vai de encontro com as expectativas e necessidades das pessoas, confirmando o valor público da abordagem ao problema do apoio social da instituição.

ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas é uma resposta social desenvolvida em estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, com funcionamento diário permanente de 24h, que desde a sua abertura, tem tido uma procura constante e com a taxa de ocupação contante.



A ERPI oferece aos seus utentes uma variedade de serviços ao nível da alimentação, higiene pessoal, conforto, saúde, atividades de animação e socialização, de forma a promover autonomia e integração social da pessoa idosa sem descurar a relação

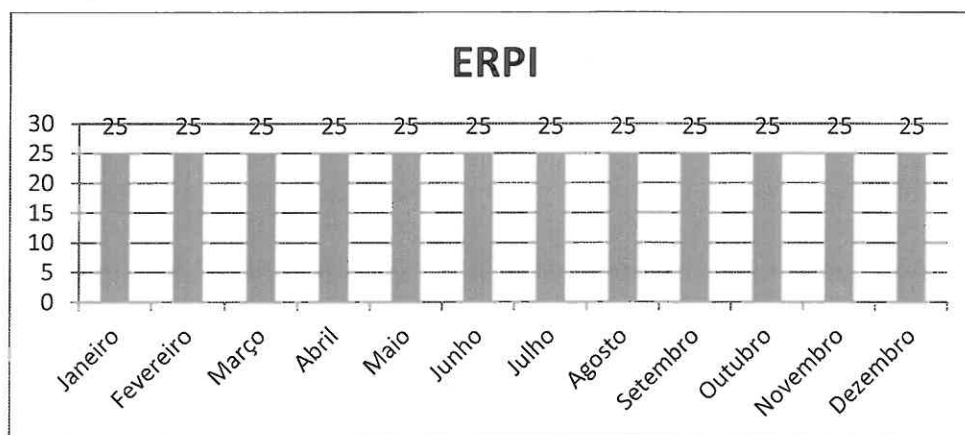
intrafamiliar.

Diariamente o funcionamento da ERPI visa contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo e de qualidade.





Durante o ano de 2021, a sua capacidade esteve preenchida. De um total de 25 utentes, 20 utentes são abrangidos pelo acordo de cooperação, nos quais se incluem 4 vagas sociais, geridas pelo Instituto de Segurança Social, I.P. A AMPO presta serviço de ERPI a 25 utentes com idades compreendidas entre os 61 e 96 anos.



Ao longo de 2021, o número de utentes em ERPI foi constante, estando a capacidade máxima preenchida todos os meses, conforme registado no gráfico abaixo e existindo uma enorme lista de espera.

CEPD - Centro de Estimulação para Pessoas com Demência

O Centro de Estimulação para Pessoas com Demência (CEPD) é um projeto da Associação de Melhoramentos Pró Outeiro (AMPO) cofinanciado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego – POISE, desde outubro de 2017 até 2020. Este projeto surgiu a partir da constatação de uma necessidade existente a nível nacional, uma vez que as respostas sociais atualmente existentes em Portugal para a população idosa – a Estrutura Residencial para a Pessoa Idosa (ERPI), o Centro de Dia (CD) e o Serviço de Apoio ao Domicílio (SAD), não correspondem satisfatoriamente às necessidades e especificidades que o défice cognitivo e a demência impõem.

Desta forma, o CEPD tem como principal objetivo disponibilizar uma resposta ao nível dos cuidados especializados para as pessoas com declínio cognitivo e patologia demencial, bem como apoio e formação aos seus respetivos cuidadores (in)formais.

O CEPD iniciou o seu funcionamento integrado no edificado das valências de Centro de Dia e ERPI da AMPO, passando a funcionar integralmente em instalações próprias a partir de Agosto do ano de 2019. Estas instalações têm uma capacidade máxima para 40 pessoas com demência, sendo que os beneficiários abrangidos por este projeto incluem também os seus cuidadores informais e potenciais instituições cuidadoras, uma vez que o objetivo é o de promoção de uma rede de apoio longitudinal e contínua.

A equipa do CEPD foi estruturada de forma a conter uma direção técnica, uma equipa técnica operacional (profissionais de saúde de áreas de intervenção diferenciadas, formados e habilitados para o trabalho com patologias demenciais) e uma equipa não técnica (auxiliares de geriatria), mantendo um funcionamento diurno (9h-18h) de segunda a sexta-feira.

Durante o ano 2019 o CEPD prestou serviço a 26 utentes, com idades compreendidas entre os 63 e os 90 anos, com uma média de idades situada nos 78 anos, utentes estes oriundos dos concelhos de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira. Contudo, tendo em conta o plano de contingência delineado pela DGS para fazer frente ao vírus da

COVID -19, a AMPO foi forçada a encerrar esta valência no decorrer do mês de Março do ano de 2020.

A AMPO está ciente de que se trata de um serviço necessário à nossa sociedade local, mas igualmente consciente os utentes que frequentam esta valência requerem cuidados especiais, por isso, aguarda por atualização do plano de contingência para voltar a receber os seus utentes em condições de segurança, higiene e bem-estar.

Serviço de Alimentação

Atualmente, o Serviço de Alimentação fornece, aproximadamente, 400 refeições diárias às suas variadas valências, tais como, Estrutura Residencial para Idosos (ERPI), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Dia (CD), Escolas e Colaboradores.

Este ano foi atípico. A pandemia provocada pelo vírus COVID-19 exigiu algumas mudanças no modo de funcionamento da Cozinha, particularmente ao nível do empratamento que passou a realizar-se em descartáveis e ao nível da desinfeção, onde foram implementadas as normas facultadas pela DSG, afim de garantir o máximo de segurança de todos os “stakeholder” intervenientes.

As colaboradoras efecturam os seus trabalhos e desempenharam as suas funções em “equipas espelho”, no sentido de reduzir ao estritamente necessário contacto entre equipas, assim mitigando a possibilidade de infecção.

Nos momentos de mais aperto, a solidariedade ressalta e a AMPO auxiliou duas Instituições do conselho, quando estas foram invadidas pelo vírus.

O objetivo do Serviço de Alimentação é alcançar a máxima satisfação dos utentes, fornecendo refeições completas, variadas e equilibradas.

Recursos Humanos

A Secção de Recursos Humanos desenvolve atividades diversificadas, requerendo dos elementos que a integram uma grande organização e planeamento, para que a gestão do pessoal seja um factor de estabilidade dentro da organização.

Em contexto Covid-19 houve uma exigência excecional, alterando todas as dinâmicas de Recursos Humanos.

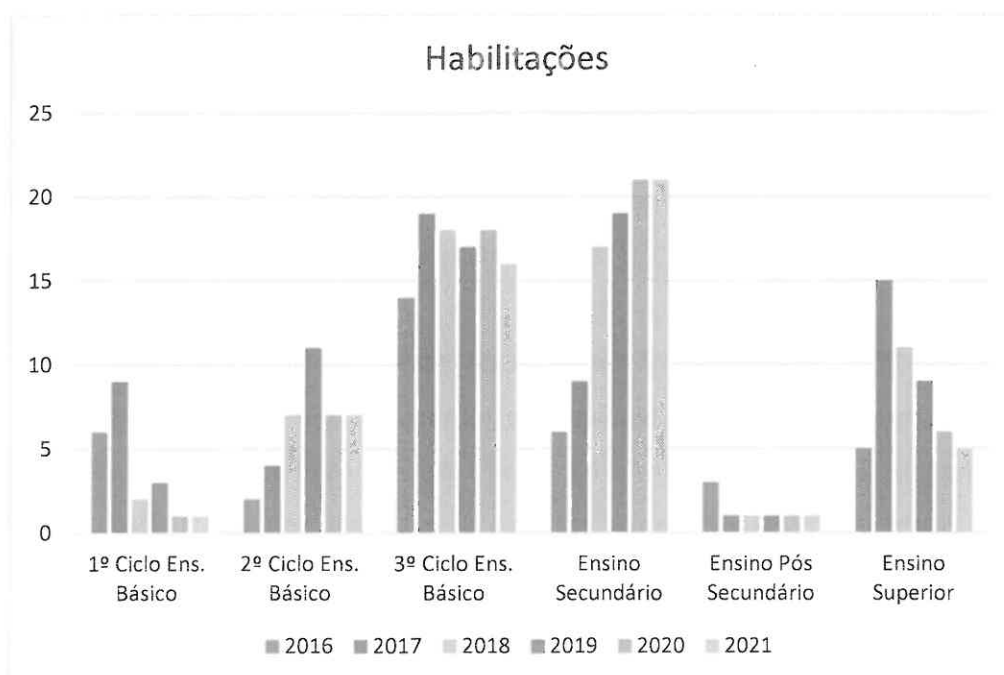
O elevado absentismo por parte dos trabalhadores, motivado por diversas razões, nomeadamente, faltas por doença Covid-19, isolamento profilático, apoio extraordinário à família, entre outros, tornando-se necessário um esforço adicional pelos recursos humanos activo.

Para cumprimento, de forma exequível, da nossa missão e objetivos, e atentos ao equilíbrio económico/financeiro, assegurando a boa organização, bem como à eficácia na prestação dos serviços aos nossos utentes, deu-se preferência à contratação a termo incerto no caso das substituições por motivo de doença e aos contratos emprego inserção / contrato emprego inserção+ para vagas pontuais. Os recursos humanos, que não puderam ser afeitos a outras estruturas da AMPO, foram encaminhados para Lay-off.

No final de 2021, o número de colaboradores da AMPO era de 51. A AMPO detém a seguinte composição dos recursos humanos no termino do ano de 2021. Salientamos o facto de durante o ano de 2021 ter havido a saída de uma colaborada para a reforma, e saídas de colaboradores que tinham contractos sem termo. Contudo, trabalhamos no sentido de estabilizar os colaboradores, proporcionando engajamento com associação, evitando assim rotatividade e permitindo estabilidade nas funções e conhecimento.

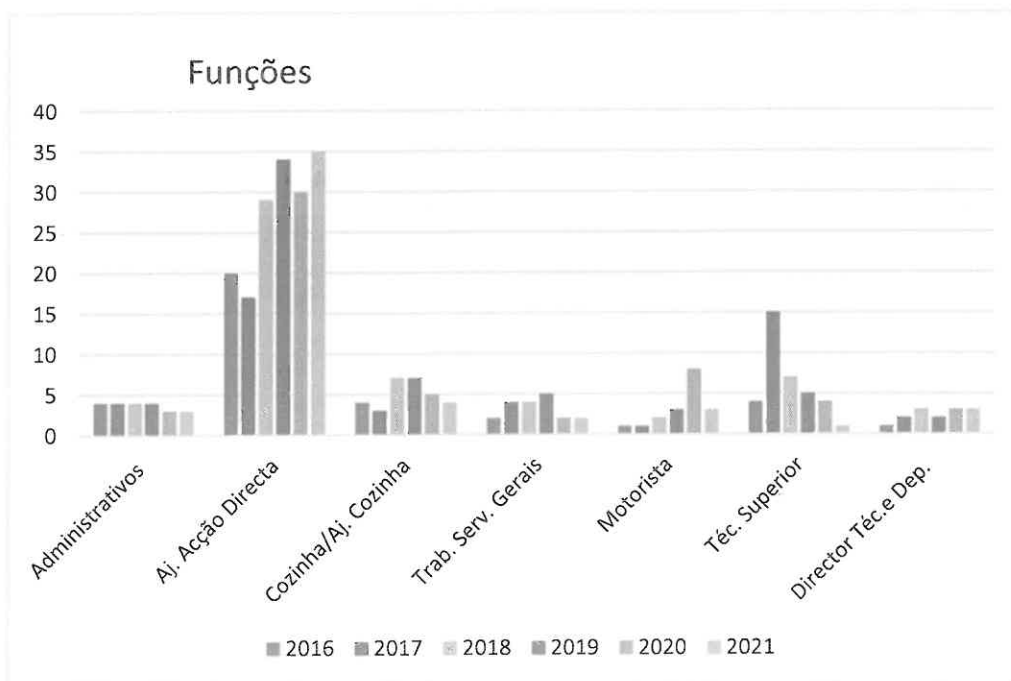


Em termos de habilitações, manteve-se a tendência do ano anterior, com maior número de colaboradores com habilitações ao nível do 3.º ciclo e ensino secundário.



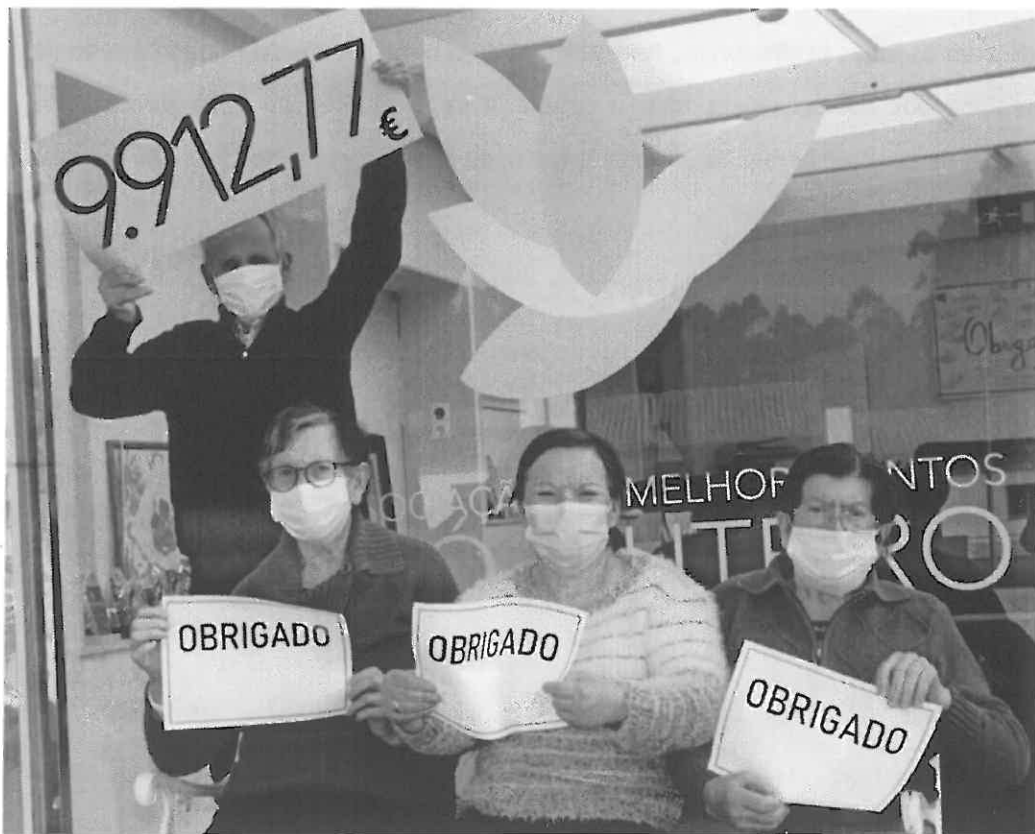
Relativamente à média etária do total de colaboradores, em 2021 verificou-se um aumento de colaboradores de media idade, principalmente com idade entre 36-40 anos, bem como os colaboradores com mais de 56 ano.

De acordo com as áreas profissionais, tem se mantido a necessidade do recurso á mão de obra fornecida por colaboradores com a categoria de ajudantes de ação directa e de trabalhadores de serviços gerais. Salienta-se o facto, de serem efectos de forma directa aos dois grandes sectores, SAD e ERPI.



Obrigações Fiscais

Durante o ano de 2021 foi cumprido o calendário das obrigações legais da AMPO perante as entidades públicas, nomeadamente a Autoridade Tributária, Segurança Social e Autoridade para as Condições de Trabalho.



*"Persista, insista mas nunca desista.
Adversidades sempre haverão, mas nenhuma
será tão forte como a sua motivação, e o seu
desejo de vencer e alcançar seus objetivos e sonhos."*

(Guilherme Albuquerque)

5. Anexo às Contas

5.1 Identificação da Entidade

A “ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação” com estatutos publicados no Diário da República n.º282, Série III, de 09/12/1986, com sede em Rua Pedro Maria da Fonseca, 144.

5.2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos estão evidenciados em “Resultados Transitados”. Assim, os efeitos provenientes da adoção do novo referencial contabilístico à data da

transição (1 de janeiro de 2011) foram registados em “Fundos Patrimoniais” e estão descritos e explicitados no quadro que se segue:

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

5.3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

5.3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

5.3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

5.3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

5.3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

5.3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

5.3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

5.3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

5.3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

5.3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

5.3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

5.3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

5.3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

5.3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

5.3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

5.3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

5.3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles

advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	4
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	1
Outros Ativos Intangíveis	4

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

5.3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma

pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 e 4
Outros Activos fixos tangíveis	3

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

5.3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

5.3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

5.3.2.6 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

5.3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

5.3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total

ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

5.3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

5.3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

5.3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 5.3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

5.3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

5.4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5.5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as **depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo** com o seguinte quadro:

Activo Bruto

	Saldo em 1/01/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	172 921,70				172 921,70
Edifícios e outras construções	2 185 346,22	18 587,50			2 203 933,72
Equipamento básico	105 959,39	7 472,10			113 431,49
Equipamento de transporte	219 574,03		29 359,28		190 214,75
Equipamento administrativo	70 352,32	380,55			70 732,87
Equipamentos biológicos					-
Activos fixos tangíveis em curso					-
Outros activos fixos tangíveis	3 882,78				3 882,78
	2 758 036,44	26 440,15	29 359,28	-	2 755 117,31

Depreciações Acumuladas

	Saldo em 1/01/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2021
Terrenos e recursos naturais	-				-
Edifícios e outras construções	298 145,80	66 105,40			364 251,20
Equipamento básico	85 070,78	5 851,04			90 921,82
Equipamento de transporte	190 974,28	10 173,50	27 829,65		173 318,13
Equipamento administrativo	54 001,57	2 298,28			56 299,85
Equipamentos biológicos					-
Outros activos fixos tangíveis	3 882,78				3 882,78
	632 075,21	84 428,22	27 829,65	-	688 673,78

Gastos com Depreciações

	2020	2021
Activos Fixos Tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	64 313,96	66 105,40
Equipamento básico	11 074,03	5 851,04
Equipamento de transporte	10 938,31	10 173,50
Equipamento administrativo	2 425,67	2 298,28
Equipamentos biológicos	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-
	88 751,97	84 428,22

5.6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Gastos e Perdas Financeiras

	2020	2021
Juros - empréstimos	15251,79	11711,70
	<u>15251,79</u>	<u>11711,70</u>

5.7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

	Inventários						
	Inventário em 01/01/2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2021
Matérias primas e consumíveis	5 569,53	154 775,63		295,38	2 436,16		2 731,54
Mercadorias	295,38			1 484,62	205 554,28	(30 833,81)	5 958,45
	<u>5 864,91</u>	<u>154 775,63</u>	-	<u>1 780,00</u>	<u>207 990,44</u>	<u>(30 833,81)</u>	<u>8 689,99</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<u>156 835,46</u>			<u>170 246,64</u>

O Subsídio de alimentação é pago em géneros, para a maioria dos colaboradores, sendo os condimentos adquirido em conjunto com as restantes compras para as refeições servidas aos utentes. O valor de 30833,81€, foi o custo apurado afecto aos alimentos servidos aos funcionários da AMPO.

5.8 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	751,73	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	522 102,84	532 356,46
Quotas e joias	6 772,50	11 042,50
Serviços Secundários	132 357,28	71 298,98
Total	661 907,85	614 697,94

5.9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2020 e 2021, ocorreram não houve conhecimento de passivos contingentes a registar

5.10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2021	2020
Subsídios do Governo		
ISS, IP	358 654,77	355 510,52
ISS, IP Apoio Extraordinários	186,70	13 401,04
Outras entidades públicas	19 016,95	26 916,34
Apoios do Governo		
Outras Entidades	0,00	6 950,00
Total	377 858,42	402 777,90

5.11 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2021	2020
IRC Liquidado	0,00	0,00
Tributação Autónoma	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

5.12 Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 e 2020, são não remunerados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de “51” e em 31/12/2020 foi de “54”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	576 083,69	536 102,62
Encargos sobre as Remunerações	105 124,80	107 242,40
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	8 388,40	10 992,12
Outros Gastos com o Pessoal	3 934,57	1 356,80
Total	693 531,46	655 693,94

5.13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, os signatários, individualmente, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório e Contas referente ao exercício de 2020 foi elaborado em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, do ativo e do passivo, da situação financeira do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

5.14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

5.14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
Outros investimentos financeiros	7 078,73	6 954,48
Total	7 078,73	6 954,48

5.14.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	1 109,50	1 168,76
Utentes	30 373,91	25 532,32
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	1 168,76	1 168,76
Total	30 373,91	25 441,82

5.14.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	831,76	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Outros Devedores	74 753,07	107 279,64
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	75 584,83	107 279,64

5.14.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a Reconhecer		
FSE	1 943,44	0,00
Total	1 943,44	0,00

5.14.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2021	2020
Caixa	105,76	5 216,71
Depósitos à ordem	217 249,28	195 967,62
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	217 355,04	201 184,33

5.14.6 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	43 278,66	0,00	0,00	43 278,66
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	980 231,04	19 982,77	0,00	1 000 213,81
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	354 317,81	0,00	-3 784,61	350 533,20
Total	1 377 827,51	19 982,77	-3 784,61	1 394 025,67

5.14.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	46 231,02	37 672,66
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	46 231,02	37 672,66

5.14.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	31 706,21	27 071,32
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	31 706,21	27 071,32
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	4 779,93	3 925,47
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	20 845,30	25 042,59
Outros Impostos e Taxas	622,85	339,04
Total	26 248,08	29 307,10

5.14.9 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		1 215,11		385,43
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		23 575,07		21 446,34
Credores por acréscimo de gastos		89 086,70		73 659,84
Outros credores		5 817,39		3 709,76
Total	0,00	119 694,27	0,00	99 201,37

5.14.10 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

Descrição	2021	2020
	0	0
Total	0,00	0,00

5.14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	377 858,42	395 827,90
Subsídios de outras entidades	0,00	6 950,00
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	377 858,42	402 777,90

5.14.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	0,00	372,54
Serviços especializados	62 111,18	106 452,58
Materiais	12 713,78	31 171,84
Energia e fluidos	83 625,58	71 143,11
Deslocações, estadas e transportes	1 048,70	151,05
Serviços diversos	29 523,16	38 440,05
Total	189 022,40	247 731,17

5.14.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	20 989,39	19 012,70
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,01	145,98
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	15,78
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,38
Rendimentos em investimentos não financeiros	212,02	0,00
Outros rendimentos	111 183,48	149 900,77
Total	132 384,90	169 075,61

5.14.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	316,60	1 869,23
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,01
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	1,20
Gastos em investimentos não financeiros	191,65	0,00
Outros Gastos	616,39	401,51
Total	1 124,64	2 271,95

5.14.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	11 714,37	15 284,19
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	11 714,37	15 284,19
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	922,38	0,00
Total	922,38	0,00
Resultados Financeiros	-10 791,99	-15 284,19

5.14.16 Empréstimos Bancários

Nos períodos de 2021 e 2020, dado a necessidade de financiamento da actividade de investimento a AMPO, apresenta os seguintes empréstimos:

Empréstimos e Descobertos Bancários

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Não Correntes		
Empréstimos Bancários	<u>741 844,71</u>	<u>833 425,10</u>
	<u>741 844,71</u>	<u>833 425,10</u>
Correntes		
Outros Empréstimos	<u>85 300,00</u>	<u>95 300,00</u>
	<u>85 300,00</u>	<u>95 300,00</u>
	<u>827 144,71</u>	<u>928 725,10</u>

5.14.17 Acontecimentos após data de Balanço

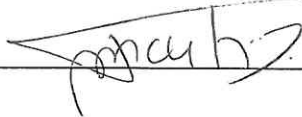
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Direcção a 02 de Março de 2022.

Outeiro, 02 de Março de 2022

O Contabilista Certificado



A Direcção




6. Indicadores Económicos

6.1 Rácios

Rácios	2021	Δ	2020
Activo Corrente	365 653,42	0,80%	362 757,11
Activo Não Corrente	2 073 522,26	-2,78%	2 132 915,71
Capital Próprio	1 417 031,49	1,38%	1 397 810,28
Passivo Corrente	280 299,48	6,00%	264 437,44
Passivo Não Corrente	741 844,71	-10,99%	833 425,10
Passivo Total	1 022 144,19	-6,90%	1 097 862,54
Capitais Permanentes	2 158 876,20	-3,24%	2 231 235,38
Resultados antes Impostos	23 005,82	15,13%	19 982,77
Resultado Líquido	23 005,82	15,13%	19 982,77
Endividamento	41,91%	-4,74%	43,99%
Autonomia Financeira	58,09%	3,72%	56,01%
Liquidez Geral	1,30	199,71%	0,44
Liquidez Reduzida	1,27	-6,71%	1,37
Liquidez Imediata	1,05	-9,81%	1,17
Solvabilidade Total	1,39	8,88%	1,27

6.2 Indicadores de Rubricas de maior Impacto

Despesa/Proveito - %

	2021	%
Serviços especializados	46329,91	3,95%
Publicidade e Propaganda	472,88	0,04%
Honorarios	182,04	0,02%
Conservação e Reparação	14359,52	1,22%
Materiais	12713,78	1,08%
Electricidade	43533,33	3,71%
Combustivel	16970,56	1,45%
Água	15964,23	1,36%
Gás	7157,46	0,61%
Outros Serviços	766,83	0,07%
Limpeza, Higiene e Conforto	22037,56	1,88%
Serviços diversos	8606,00	0,73%
FSE	189094,10	16,12%
Gastos com Pessoal	576083,69	49,11%
Gastos com Pessoal	576083,69	49,11%

7. Demonstrações Financeiras

ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 501488294

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
ACTIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2 066 443,53	2 125 961,23
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		7 078,73	6 954,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		2 073 522,26	2 132 915,71
Ativo corrente			
Inventários		8 689,99	1 780,00
Creditos a receber		30 373,91	25 441,82
Estado e outros entes públicos		31 706,21	27 071,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		1 943,44	0,00
Outros ativos correntes		75 584,83	107 279,64
Caixa e depósitos bancários		217 355,04	201 184,33
		365 653,42	362 757,11
Total do ativo		2 439 175,68	2 495 672,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		43 278,66	43 278,66
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		1 000 213,81	980 231,04
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		350 533,20	354 317,81
		1 394 025,67	1 377 827,51
Resultado líquido do período		23 005,82	19 982,77
Total dos fundos patrimoniais		1 417 031,49	1 397 810,28
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		741 844,71	833 425,10
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		741 844,71	833 425,10
Passivo corrente			
Fornecedores		46 231,02	37 672,66
Estado e outros entes públicos		29 074,19	32 263,41
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros financiadores - Passivo Corrente		85 300,00	95 300,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes		119 694,27	99 201,37
		280 299,48	264 437,44
Total do passivo		1 022 144,19	1 097 862,54
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 439 175,68	2 495 672,82

A Direcção

O responsável



ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 501488294

Pág.: 1

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados		661.907,85	614.697,94
Subsídios, doações e legados à exploração		377.858,42	402.777,90
Subsídios de Entidades Públicas		377.858,42	395.827,90
ISS, IP - Centros Distritais		358.654,77	355.510,52
ISS, IP - Apoios excecionais e extraordinários		186,70	13.401,04
Outras entidades públicas		19.016,95	26.916,34
Subsídios de outras entidades		0,00	6.950,00
Doações, heranças e legados		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		170.246,64	156.835,46
Fornecimentos e serviços externos		189.022,40	247.731,17
Gastos com o pessoal		693.531,46	655.693,94
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		132.384,90	169.075,61
Correcções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções positivas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Imputação de subsídios ao investimentos		3.784,61	13.093,20
Outros rendimentos		128.600,29	155.982,41
Outros gastos		1.124,64	2.271,95
Correcções relativas a anos anteriores		0,00	0,00
Correções negativas de participações do ISS, IP		0,00	0,00
Outras correções de anos anteriores		0,00	0,00
Outros gastos		1.124,64	2.271,95
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		118.226,03	124.018,93
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		84.428,22	88.751,97
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		33.797,81	35.266,96
Juros e rendimentos similares obtidos		922,38	0,00
Juros e gastos similares suportados		11.714,37	15.284,19

Continua.....

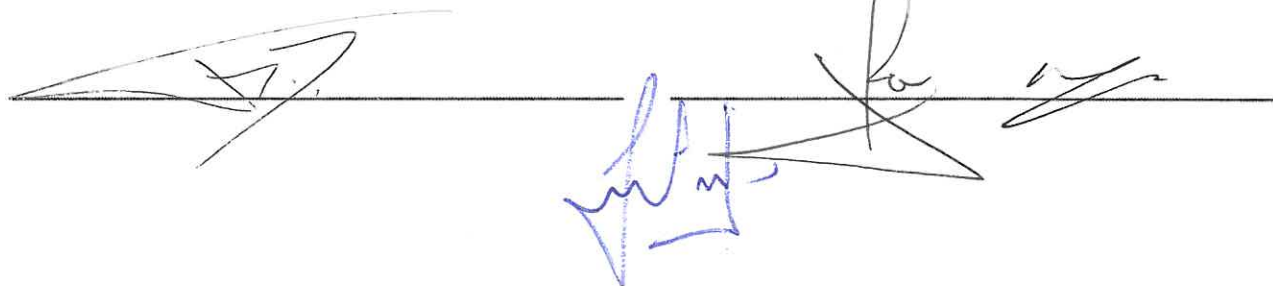
ASSOCIAÇÃO DE MELHORAMENTOS PRÓ-OUTEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 501488294

Pág.: 2

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Resultados antes de impostos		23.005,82	19.982,77
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		23.005,82	19.982,77



Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2021 (1)	31/12/2020 (2)
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		729 383,12	673 807,19
Pagamentos a fornecedores		(454 823,81)	(446 788,61)
Pagamentos ao pessoal		(612 193,22)	(717 663,08)
		<u>(337 633,91)</u>	<u>(490 644,50)</u>
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos/pagamentos		472 747,15	895 350,65
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		<u>135 113,24</u>	<u>404 706,15</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(4 678,35)	(82 448,39)
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(2 970,03)	-
Outros activos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		1 550,00	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		1 217,44	-
Outros activos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		<u>(4 880,94)</u>	<u>(82 448,39)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		19 372,92	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(120 953,31)	(117 051,20)
Juros e gastos similares		(12 481,20)	(15 284,19)
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		<u>(114 061,59)</u>	<u>(132 335,39)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>16 170,71</u>	<u>189 922,37</u>
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	201 184,33	11 261,96
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	217 355,04	201 184,33

8. Parecer do Conselho Fiscal

Nos termos da lei e dos Estatutos, o Conselho Fiscal desta Associação vem submeter à apreciação da Assembleia Geral de Associados o seu parecer sobre o relatório de gestão e contas, elaborado pela Direção, relativamente ao exercício de 2021.

Em 2021, o valor bruto da produção foi de, aproximadamente, 1.399 mil euros, observando-se uma diminuição de 23.000 euros, quando comparado com o valor do ano anterior. Esta situação resulta, essencialmente, da redução do montante dos subsídios estatais obtidos (menos 6,19% do que o valor do ano anterior).

A margem operacional líquida segue a tendência observada a partir do ano de 2019. Por efeito da pandemia, continua a baixar, situando-se, no ano de 2021, em 3,25 por cento. A rentabilidade líquida aumentou; passou de 1,43% (em 2020) para 1,56% em dois mil e vinte e um. Tal situação fica-se a dever ao efeito positivo de alavancagem financeira sobre a rentabilidade do investimento total.

A taxa de solvabilidade atinge 138,63% que traduz uma recuperação significativa, face a 2020. O nível de endividamento é de 41,91% e tem implícita uma correção de trajetória iniciada em 2019.

O processo de reestruturação financeira introduzido em 2020 permitiu consolidar uma estrutura financeira que possibilita manter níveis adequados de liquidez e de tesouraria.

A tendência de mercado mantém-se favorável, assim como a imagem reputacional da instituição.

Mantendo o foco na melhoria de procedimentos, de acordo com as opções estratégicas fundamentais, estamos convictos de que a Direção continuará a praticar atos de gestão que reforcem o nível de confiança que nos tem merecido.

Por tudo o que precede, o Conselho Fiscal considera que o relatório e Contas de gerência deve ser aprovado.

Oliveira de Azeméis, 26 de março de 2022
O Presidente do Conselho Fiscal

